

Diário do Legislativo de 14/06/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 51ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 23ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Sessão do Parlamento Jovem 2008

1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Mesa da Assembléia

2.2 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/6/2008

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Domingos Sávio

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 230/2008 (encaminhando processos relativos a terras devolutas rurais a serem legitimadas pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais - Iter -, do Governador do Estado - Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.485 a 2.491/2008 - Projeto de Resolução nº 2.492/2008 - Requerimentos nºs 2.584 a 2.586/2008 - Comunicações: Comunicação do Deputado Gustavo Valadares - Interrupção e reabertura dos trabalhos ordinários - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Dinis Pinheiro - Tiago Ulisses - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely Tarquínio - Inácio Franco - Irani Barbosa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanderlei Miranda - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Domingos Sávio) - Às 14h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro

aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º- Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Inácio Franco, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 230/2008*

Belo Horizonte, 9 de junho de 2008

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,

Tendo em vista o disposto no inciso XXXIV do art. 62 e no inciso II do § 9º do art. 247 da Constituição do Estado, encaminho a Vossa Excelência, para exame e aprovação dessa Egrégia Assembléia Legislativa, os processos rurais, com relação nominal, localização, município e área, a serem alienados ou concedidos pelo Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais – ITER.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência as expressões de meu elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,

Aécio Neves, Governador do Estado.

Relação imóveis rurais área superior a 100,00ha			
REQUERENTE	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA
Amílcar José de Araújo	Fazenda Mandacaru	Montezuma	192,4312ha
Thales de Almeida Pinheiro	Fazenda Curral Novo/Covão	Indaiabira	195,5310ha
Thaís de Almeida Pinheiro	Fazenda Curral Novo/Covão	Indaiabira	195.3551ha
Maria de Almeida Pinheiro	Fazenda Curral Novo/Covão	Indaiabira	195.4785ha
Joaquim de Sá	Fazenda Jambreiro	Rio Pardo de Minas	130.8496ha
Francisco de Oliveira	Fazenda Atoleiro	Vargem Grande do Rio Pardo de Minas	141.5773ha"

- À Comissão de Política Agropecuária, para os fins do art. 102, inciso IX, alínea "e", do Regimento Interno, nos termos da Decisão Normativa de 17 de junho de 1993.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Da Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 2.256 e 2.298/2008, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se aos respectivos projetos.)

Do Sr. Simão Cirineu Dias, Secretário de Fazenda, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.208/2008, da Comissão de Política Agropecuária.

Do Sr. José Raimundo Delgado, Prefeito Municipal de Santa Luzia, solicitando o apoio desta Casa a fim de que sejam mantidos os repasses de verbas para o Sesc. (- À Comissão do Trabalho.)

Do Sr. Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (2), prestando informações relativas aos Projetos de Lei nºs 1.349/2007 e 2.343/2008, em atenção a pedidos da Comissão de Justiça. (- Anexem-se aos respectivos projetos.)

Do Sr. Márcio L. Murta Kangussu, Diretor de Operação Norte da Copasa-MG, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.895/2008, da Comissão de Saúde.

Do Sr. Shelley de Souza Carneiro, Secretário Adjunto de Meio Ambiente, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 725/2007, em atenção a pedido da Comissão de Meio Ambiente. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 725/2007.)

Do Sr. Francisco Eustáquio Rabello, Presidente da Associação dos Delegados da Polícia Civil de Minas Gerais - Adepolc-MG -, agradecendo o apoio da Presidência desta Casa à proposição, em tramitação no Congresso Nacional, que estabelece o retorno das autoridades policiais à carreira jurídica.

Da Sra. Maria Karla Batista, Superintendente de Relações Institucionais da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel -, comunicando que a consulta pública programada para o dia 12/6/2008, em Uberlândia, foi cancelada e que os interessados em se manifestar quanto à qualidade dos serviços prestados pela Cemig Distribuição S.A. poderão fazê-lo por meio de intercâmbio de documentos. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Do Sr. Roberto Alfeu Pena Gomes, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte - CDL-BH -, agradecendo a participação da Presidência desta Casa em reunião do Conselho Consultivo dessa entidade e apresentando propostas de modificação da legislação e de ação parlamentar. (- À Comissão de Turismo.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

Projeto de Lei nº 2.485/2008

Dispõe sobre o teor de enxofre no diesel.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica limitada a 20 ppm (partículas por milhão) a emissão de enxofre proveniente do diesel comercializado no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Cabe ao Poder Executivo a fiscalização do disposto nesta lei, na forma a ser determinada quando de sua regulamentação.

Art. 3º - O descumprimento desta lei sujeitará o infrator às sanções impostas pelo Poder Executivo.

Art. 4º - Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que se proceda às adaptações necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Ana Maria Resende

Justificação: A proposta em causa é de suma importância, pois tem como objetivo garantir à população que habita o nosso Estado e àqueles que por aqui passam, uma melhor qualidade do ar que respiram.

A Constituição Federal no art. 23 reza: "É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas".

Constatamos que o consumidor é a principal vítima da má qualidade do diesel que atualmente lhe é oferecido, sobretudo por desconhecer os malefícios advindos de seu uso. Esse tema tem sido debatido por várias organizações ligadas ao meio ambiente, inclusive com a participação de autoridades de todas as esferas de poder. Dessas discussões tem-se como resultado o clamor por providências urgentes, dada a gravidade da situação. O silêncio não pode ser tolerado.

Segundo estudos, o diesel comercializado no País é a principal fonte da poluição urbana, matando milhares de pessoas por ano. Entendemos que não há que se falar em economia no investimento tecnológico ou dificuldades na implementação dessa tecnologia quando milhares de vidas estão em risco.

Quando comparamos o teor de enxofre presente no diesel nacional com os de outros países verificamos uma discrepância assustadora: enquanto aqui convivemos com uma taxa de cerca de 500 ppm em regiões metropolitanas, temos nos Estados Unidos uma taxa de 15 ppm e no Japão 10ppm. Devemos nos espelhar em bons e factíveis exemplos internacionais para que o desenvolvimento do nosso país não esteja presente somente nos discursos.

A preservação das condições ideais de meio ambiente, de modo a propiciar boas condições de vida à população, exige das autoridades públicas ações efetivas no combate às diferentes formas de poluição ambiental.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Meio Ambiente para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.486/2008

Declara de utilidade pública o Lar de Idosos Padre Melquíades.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Lar de Idosos Padre Melquíades, com sede na Avenida E, nº 525, no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Doutor Viana

Justificação: O Lar de Idosos Padre Melquíades, com sede na Avenida E, nº 525, no Município de Contagem, é uma organização social de interesse público, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, que visa essencialmente à proteção e ao amparo dos idosos no âmbito do Município de Contagem.

Essa entidade tem por objetivos amparar e assistir o idoso em situação de risco pessoal e social, principalmente nas questões relativas à saúde; integrar socialmente o idoso à sociedade de forma ampla; proporcionar o lazer em todas as suas modalidades; possibilitar o acesso e garantir melhores condições de saúde com tratamentos específicos, reintegrar o idoso ao seio da família, entre outros objetivos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.487/2008

Declara de utilidade pública a Associação Cristã Shekinah, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cristã Shekinah, também denominada A.C.S., com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Vanderlei Miranda

Justificação: A Associação Cristã Shekinah, também denominada A.C.S., é uma entidade sem fins lucrativos, que tem por finalidade promover a pessoa humana e o bem-estar social, dedicando-se à prática da assistência social, e de atividades relacionadas a cultura, esporte, lazer e turismo, sem discriminação de ordem religiosa, política, cor ou nacionalidade.

Diante do exposto, peço aos meus pares a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.488/2008

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia - ACRBL, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão do Bairro Letícia - ACRBL -, com sede na Rua Emídio Furtado, 759, Casa 2, Bairro Letícia - Venda Nova.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Irani Barbosa

Justificação: A entidade em epígrafe vem prestando relevantes serviços comunitários à região Norte e a Venda Nova e se for declarada de utilidade pública terá maiores facilidades para desenvolver seu trabalho. Considerando que a entidade preenche todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor para a obtenção do título em questão, conto com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.489/2008

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Conexão Vida o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Conexão Vida o imóvel constituído por uma área de 4,95ha, junto a Unidade da Epamig, no Município de Arcos, no local Corumbá, imóvel este onde funciona a referida Associação, sem fins lucrativos, com o objetivo de recuperação e reinserção social de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes e outras.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se ao funcionamento da sede da Associação Conexão Vida, onde a comunidade vem desenvolvendo suas atividades, tendo nele realizado benfeitorias e em cujas instalações pretende fazer reformas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Irani Barbosa

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.490/2008

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, com sede em Barbacena, na Rua Vigário Brito, nº 26, sala 3 - Centro, o terreno de propriedade da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, no Município de Barbacena, com área de 61.000m² (sessenta e um mil metros quadrados), registrado às fls 160v, do livro A-17, sob o nº 19101, do Cartório Jero Oliva de Registro de Pessoas Jurídicas, em Belo Horizonte, terreno este localizado junto ao Centro Hospitalar Psiquiátrico, de Barbacena, fazendo confrontações com o 9º Batalhão de Polícia Militar.

Parágrafo único - O imóvel descrito neste artigo destina-se à construção do Centro de Reintegração Social - CRS - em Barbacena.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º reverterá ao Patrimônio da Fhemig se, findo o prazo de cinco anos, contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Lafayette de Andrada

Justificação: A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - com sede em Barbacena, é uma associação devidamente constituída e sem fins lucrativos. O terreno que se lhe pretende doar objetiva a construção do Centro de Reintegração Social - CRS -, que irá abrigar os ex-detentos dos regime aberto, semi-aberto e fechado. Essa iniciativa está de acordo com a política atual do Governador do Estado e do Tribunal de Justiça, com o projeto Novos Rumos.

Sem dúvida será uma medida efetiva de recuperação e reintegração social desses recuperandos. Existem no Brasil, cem comarcas que já possuem esse Centro para os recuperandos.

Solicito, portanto, dos nobres pares, a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 2.491/2008

Declara de utilidade pública a Fundação Cultural e Educativa Padre Victor - Funcep -, no Município de Três Pontas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cultural e Educativa Padre Victor - Funcep -, com sede no Município de Três Pontas.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de junho de 2008.

Agostinho Patrús Filho

Justificação: O projeto de lei em apreço visa declarar de utilidade pública a Fundação Cultural e Educativa Padre Victor - Funcep -, com sede no Município de Três Pontas, que se encontra em funcionamento regular há mais de um ano e tem por finalidade estatutária a execução de serviços de radiodifusão comunitária, com exclusivo escopo educacional.

A referida Fundação dá oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, além de oferecer mecanismos para a formação e integração social, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social. Presta serviços de relevante utilidade pública, integrando-os aos serviços de defesa civil, quando necessário; bem como contribui para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, em conformidade com as respectivas legislações profissionais vigentes.

Tendo em vista o relevante interesse público envolvido, contamos com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Resolução nº 2.492/2008

Aprova as contas do Tribunal de Contas do Estado referentes ao exercício de 2007.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, nos termos do disposto no art. 62, XXII, da Constituição do Estado, as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 2007.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2008.

Comissão de Fiscalização Financeira

- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do § 1º do art. 218 do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 2.584/2008, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja formulado apelo ao Chefe do Executivo com vistas a que seja regulamentada a Lei nº 16.260, de 2006, do ex-Deputado Ricardo Duarte, que institui em nosso calendário oficial o dia 27 de junho como o Dia Estadual do Cerrado e o Prêmio Guimarães Rosa. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.585/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Helibrás por seu 30º aniversário. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 2.586/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Lions Clube de Pouso Alegre por seu 47º aniversário e pela posse da nova diretoria, para o período de 2008-2009. (- À Comissão do Trabalho.)

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação do Deputado Gustavo Valadares.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - A Presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião à realização do seminário legislativo "Minas de Minas".

- A ata desse evento será publicada em outra edição.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 13, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 23ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/6/2008

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Chamada dos alunos das escolas - Agradecimentos especiais - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Professor José Tarcísio Amorim - Palavras do Professor Wanderley Chieppe Felipe - Palavras do Sr. Presidente - Instalação da Sessão do Parlamento Jovem 2008 - Composição da Mesa - Designação do Coordenador - Apresentação musical - Sessão do Parlamento Jovem 2008 - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Leitura de relatórios e de propostas aprovadas nos grupos de trabalho e apresentação de destaques - Votação do Documento Final, salvo destaques - Discussão e votação dos destaques - Discussão e votação de Novas Propostas - Entrega do Documento Final - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Doutor Viana - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Carlin Moura.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Professor José Tarcísio Amorim, Assessor Especial da Reitoria da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, representando o Reitor, Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães; Professor Wanderley Chieppe Felipe, Pró-Reitor de Extensão da PUC Minas; Deputado Estadual Carlin Moura, membro da Comissão de Participação Popular desta Casa; Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo; Professor Luís Flávio Saporì, Chefe do Departamento e Coordenador do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas; e a Exma. Sra. Haffa Maria Dias, Professora do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da Sessão do Parlamento Jovem 2008, projeto resultante da parceria entre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio da Escola do Legislativo, e a PUC Minas, através do curso de Ciências Sociais. Nesta sessão, estudantes de sete escolas de ensino médio da Capital e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas debaterão e votarão propostas elaboradas por eles sobre o tema "Jovem e violência - provocador ou vítima?", cujo resultado será entregue ao poder público por intermédio da Comissão de Participação Popular desta Assembléia.

Chamada dos Alunos das Escolas

O locutor - Convidamos a tomar lugar no Plenário os membros do Parlamento Jovem 2008: alunos do Colégio Frei Orlando, Unidade Carlos Prates; do Colégio Frei Orlando, Unidade Alípio de Melo; do Colégio Tiradentes, Unidade Gameleira; do Colégio Tiradentes, Unidade Santa Teresa; do Colégio Loyola; da Escola Estadual Walt Disney; da Escola Santo Tomás de Aquino; e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas.

Agradecimentos Especiais

O locutor - Gostaríamos de agradecer o empenho das equipes das escolas participantes do Parlamento Jovem, nas pessoas de seus Diretores e professores supervisores: Profs. Jorge Luís Cascardo, Cristiano Ruas e Ana Maria de Paula Lana Souza, do Colégio Frei Orlando; Prof^{as}. Ana Maria Martins Horta, Haffa Maria Dias e Cristiane Fonseca, do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais; Profs. Maria Terezinha Campos Machado e Sérgio Porfírio, da Escola Santo Tomás de Aquino; Profs. Sônia Magalhães e Cícero Soares da Silva, do Colégio Loyola; Profs. Nívea Marilze Malta Fernandes e Roberto Eustáquio de Carvalho Júnior, da Escola Estadual Walt Disney.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional Brasileiro, acompanhando a gravação em vídeo do Coral da Assembléia Legislativa sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Assistiremos agora ao vídeo preparado pela TV Assembléia sobre os trabalhos preliminares realizados neste ano pelos participantes do Parlamento Jovem.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Professor José Tarcísio Amorim

Peço permissão para seguir o protocolo e cumprimentar todos os presentes na pessoa de nosso anfitrião hoje, o Exmo Sr. Deputado André Quintão, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho. O Deputado André Quintão é Presidente da Comissão de Participação Popular e coordenador dos trabalhos da reunião do Parlamento Jovem 2008. Cumprimento também o Prof. Wanderley Chieppe Felipe, Pró-Reitor de Extensão da PUC Minas; o Exmo. Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Participação Popular; o Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo; o Prof. Luís Flávio Saporì, Chefe do Departamento e coordenador do curso de Ciências Sociais da PUC Minas; a Prof^a Haffa Maria Dias, do Colégio Tiradentes, da Polícia Militar de Minas Gerais, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem.

Minha palavra será muito breve. Poucas coisas teriam impedido a presença do Reitor da PUC aqui, hoje. Infelizmente, uma delas aconteceu. Ele está recepcionando alguns Bispos do Regional Leste II e, porque é o anfitrião, não pôde comparecer aqui, hoje. Mas pediu que fossem transmitidos os seus cumprimentos a todos. Quanto às questões ligadas à parceria da PUC com esta Casa, serão mencionadas pelo Prof. Wanderley.

Queria fazer uma pequena introdução ao tema, para mostrar a pertinência da questão levantada por vocês: "Jovem e violência - provocador ou

vítima?".

Quando tomamos a raiz semântica da palavra "agredir", verificamos que o seu sentido original era "ad gaudium", que significa ir em busca de alguma coisa com prazer. De repente nos sentimos impedidos e frustrados. Queremos "agregar", agregar aquilo que é um bem para a nossa vida, e sentimo-nos frustrados porque não temos o que precisamos. Em consequência, viria a agressividade, a agressão como uma resposta à frustração; e, assim, a uma universidade parece que o tema que vocês escolheram é bastante pertinente: o jovem como provocador ou vítima da violência. O homem é produto do meio, que é produto do homem. Cria-se sempre uma dialética, um círculo vicioso. E, no mundo em que vivemos, criando tantas expectativas, tantos desejos e tantas frustrações, será que, ao buscar o prazer, a alegria, a participação temos encontrado frustração, disjunção das pessoas, diminuição dos contatos humanos em nome de um grupo cada vez mais atomizado e distante? E será que a agressividade não poderia estar justificada, sob esse aspecto?

Com essa pequena mensagem e com profundo acolhimento e alegria por podermos participar desse projeto, que é de todos nós, fica o abraço carinhoso a todos os presentes.

Segundo o Cerimonial, eu deveria ter mencionado que a fala oficial da Universidade, após as minhas escusas em nome do nosso Reitor, será feita pelo Prof. Wanderley Felipe.

Palavras do Professor Wanderley Chieppe Felipe

Cumprimento o Deputado André Quintão, Presidente desta reunião, e, na pessoa dele, todos os integrantes da Mesa, os professores das escolas, os professores da PUC que coordenam esse projeto, nossos monitores do curso de Ciências Sociais e todos os estudantes das sete escolas que participaram do projeto Parlamento Jovem.

O Parlamento Jovem é um dos mais belos projetos de extensão que temos na universidade, nessa ótima parceria com a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Há alguns anos, ele vem se desenvolvendo com ótimos resultados. Há um entendimento muito bom entre os parceiros e sabemos do interesse de ambas as partes em bem desenvolver o projeto. De minha parte, fico extremamente satisfeito, porque o projeto se realiza e vocês, estudantes que estão aqui para esta reunião, vivenciam isso no dia-a-dia, na participação no Parlamento Jovem, e realizam algo que desejaríamos que estivesse ao alcance de toda a sociedade brasileira, que é a participação política de qualidade. Sabemos que grande parte dos brasileiros infelizmente se limita a votar, a eleger seus representantes, transferindo-lhes toda a responsabilidade. Há, geralmente, poucos aplausos e muitas críticas. A maioria do nosso povo, lamentavelmente, ainda não percebeu o que vocês já perceberam por meio desse projeto: que é possível ter uma participação política efetiva ao longo de todo o tempo. Vocês estão aqui com estudos realizados, discussões feitas e propostas nas mãos. Vejo todos com as propostas sobre a mesa. Isso é precioso. É uma experiência que certamente levarão para o resto da vida. Nunca mais se esquecerão de terem participado desse projeto, de terem estado aqui, na Casa do povo, neste dia, nesta tarde.

Esperamos - a Assembléia, a Escola do Legislativo, a universidade - que essa experiência renda muitos frutos na vida de vocês e que possam continuar essa participação política, entendendo que ela se faz por toda a sociedade. A construção democrática da nossa cidade, do nosso Estado, do nosso país, que beneficia a coletividade, faz-se com a participação de todos; caso contrário, prevalecem os interesses dos grupos minoritários. Nós bem sabemos que é preciso nos fazermos presentes diante das graves questões sociais que vivemos em nosso país e no mundo. Posso dizer "nós" porque vocês agora já têm um princípio de formação política, com a participação de muita qualidade do nosso curso de Ciências Sociais, aqui representado por seu coordenador, Prof. Luís Flávio Saporì, pelos professores que trabalharam com vocês e pelos estudantes. Então, se nos manifestamos, discutimos, fazemos propostas e acompanhamos a vida política, os nossos representantes não se sentirão muito solitários e com tanto peso nas costas. Essa responsabilidade será compartilhada, e certamente podemos mudar muito o que está aqui.

Vocês escolheram um tema de alta significação, de alta pertinência, que é "O jovem e a violência". Ele precisa muito ser debatido pelo nosso país afóra. Parabênizos, então, todos os que participaram desse projeto: o curso de Ciências Sociais, a Escola do Legislativo, todos os Deputados, esta Casa, que acolheu e desencadeou o projeto, os professores, os nossos monitores, que conduziram o trabalho, enfim, todos que se dispuseram a participar.

Se estão aqui, é porque algo os moveu. Vocês estão aqui porque começaram a pensar que poderiam fazer alguma coisa, que poderiam começar a construir o caminho da conquista da cidadania, que começa em casa e na escola, na medida em que cada um se dispõe a participar. Vocês gastaram algum tempo, tiveram de se dedicar a esse trabalho e, por isso, estão de parabéns. Faço votos que tenham uma sessão muito frutífera, que possam realmente apresentar aqui algo que, posteriormente, possa ser levado à frente por esta Casa. Parabéns. Muito obrigado a todos. Uma boa sessão.

Palavras do Sr. Presidente

Boa tarde a todos os integrantes do projeto Parlamento Jovem. Cumprimento o Assessor Especial da Reitoria, nosso amigo Prof. José Tarcísio Amorim, que representa o Reitor da PUC, D. Joaquim Giovani Mol Guimarães, que, além de Reitor, é nosso guia espiritual, ético e moral, a quem quero mandar um grande abraço. Cumprimento ainda o Pró-Reitor de Extensão da PUC, Prof. Wanderley Felipe, assim como meus companheiros, o Deputado Carlin Moura, membro efetivo da Comissão de Participação Popular; o Deputado Alencar da Silveira Jr.; o nosso Gerente-Geral da Escola do Legislativo, Alaôr Messias Marques Júnior; todos os servidores da Assembléia Legislativa, das suas várias áreas. Sem a participação competente e dedicada desses servidores, o Parlamento Jovem não seria possível com tanto êxito. Saúdo também o Chefe do Departamento e coordenador do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, meu companheiro de banco de universidade, Prof. Luís Flávio Saporì, assim como a Prof^a. Haffa Maria Dias, do Colégio Tiradentes da Polícia Militar. Estendo os cumprimentos a todos os demais integrantes e professores das escolas que integram o projeto Parlamento Jovem.

É uma honra estar aqui representando o Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho, a quem agradecemos também o apoio constante nas atividades desenvolvidas pela Assembléia, o projeto Parlamento Jovem e a Comissão de Participação Popular. Rapidamente, lerei uma mensagem do Presidente. (- Lê:)

"Representar a Assembléia Legislativa nesta sessão do Parlamento Jovem tem sido motivo de grande satisfação, dada a importância fundamental que atribuímos à participação política da juventude. Já vem esta Assembléia Legislativa contribuindo com decisivas ações nesse sentido, sendo, neste ano, uma das mais recentes a que resultou no projeto Expresso Cidadania.

Foram envolvidos, nesse projeto, cerca de 20 mil alunos de escolas públicas de todas as regiões do Estado, o que resultou na emissão de quase 5 mil títulos eleitorais, além da conscientização dos jovens de 16 e 17 anos para a necessidade de sua participação no processo democrático.

Realizado já há alguns anos, o Parlamento Jovem tem-se mostrado uma excelente oportunidade para o público estudantil conhecer o funcionamento do Legislativo, além de funcionar como um foro em que suas sugestões são apresentadas e levadas em conta.

Mais de 500 alunos do Ensino Médio de duas dezenas de escolas públicas e particulares formularam, nas demais edições do projeto, cerca de 120 propostas, debatendo temas como: drogas, cotas para minorias, redução da maioridade penal, ética na vida pública, além da importante questão da política de educação, processo no qual nossos jovens se vêem diretamente envolvidos. Desta vez, já vivenciando, há alguns meses, um dos mais importantes aspectos da democracia participativa, vêm os integrantes do Parlamento Jovem trabalhando o tema 'Jovem e violência: provocador ou vítima?'. Com a inestimável participação do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, os alunos das diversas escolas já demonstram ter capacidade crítica diante das teorias e práticas que envolvem politicamente toda a sociedade. São idéias surpreendentemente maduras, que funcionarão como subsídios para que se proponham nesta Casa leis de amplo alcance social e que deverão ser acolhidas pela Comissão de Participação Popular, que tenho a honra de presidir, esse precioso elo entre o Parlamento e as necessidades expressas pelo cidadão. Agradeço, desde já, a participação de cada um dos alunos do Colégio Frei Orlando, Unidades Alípio de Melo e Carlos Prates; do Colégio Loyola; do Colégio Tiradentes, da Polícia Militar, Unidades Gameleira e Santa Teresa; da Escola Estadual Walt Disney; da Escola Santo Tomás de Aquino; e também dos alunos do curso de Ciências Sociais da PUC Minas. São vocês os protagonistas na execução desse projeto. O empenho de vocês na realização do Parlamento Jovem 2008 é de inestimável ajuda para a afirmação dos princípios democráticos e republicanos entre nós."

Para concluir, quero dizer que me sinto particularmente feliz nesta abertura, porque tive a honra de acompanhar a formulação do projeto do Parlamento Jovem, que é irmão gêmeo da Comissão de Participação Popular, instalada nesta Casa em 2003. Lembro-me, como se fosse hoje, de uma reunião que realizamos em nosso gabinete, com as Profas. Bete Marques, Cristina Vilani, Regina - não me lembro se a Dora estava - e Zé Márcio. Naquele momento, a idéia do Parlamento Jovem começou a ser esboçada e desdobrada e contava com a experiência que a Escola do Legislativo já desenvolvia em suas parcerias com instituições de ensino da Capital e do interior. Ano a ano, Prof. Sapori, vimos a experiência do Parlamento Jovem aperfeiçoar-se.

Tivemos a experiência interiorizada - está aqui o Prof. Marcos - na PUC Arcos. A cada ano, damos um passo adiante. No ano passado, o Parlamento Jovem foi responsável por apresentar propostas ao Plano Plurianual de Ação Governamental 2008-2011, para o governo de Minas, na política de educação, na ampliação da escola integral em Minas, na melhoria da alimentação escolar e extensão para o Ensino Médio, criando uma ação de acompanhamento social nas escolas, iniciando-se pelo programa Poupança Jovem. Isso além de outras sugestões que se tornaram leis, porque o PPAG é uma lei orçamentária das mais importantes, visto que abrange os mais de 50 projetos estruturadores do Estado.

Portanto, registramos nesse processo a qualificação, o ganho que haverá na formação de vocês e os subsídios que nos serão apresentados. O Parlamento Jovem tem incidência concreta na formulação legislativa desta Casa. Hoje, momento em que as políticas de juventude começam a tomar forma em nosso país, não podemos abrir mão daquilo que já conquistamos, pois se acabou o tempo em que fazíamos ou tentávamos fazer política pública para os jovens.

Hoje temos de construir políticas públicas em que o jovem seja protagonista, em que ele tenha hora e vez e em que ele seja um parceiro efetivo, principalmente da inclusão social daqueles jovens que ainda não têm a oportunidade, como vocês, de integrar escolas de ensino médio ou mesmo de nível superior e participar de um projeto tão exitoso como este.

Estendo aqui os nossos agradecimentos a toda a equipe da PUC Minas. Os professores sabem que para mim também ela tem uma dimensão toda especial, porque sou ex-aluno da Universidade Católica, do curso de Serviço Social. Lá é a minha casa, onde passei os melhores momentos da minha formação em todos os níveis. Todos sabem o carinho que tenho pela PUC.

Hoje, estar aqui representando o Presidente da Assembléia em um projeto coroado de êxito e recebendo, ao final, como Presidente da Comissão de Participação Popular, junto com o meu companheiro Deputado Carlin Moura, propostas objetivas para melhorar as políticas de juventude em Minas Gerais é motivo de honra, emoção e muita alegria. Parabéns a vocês. Que Deus ilumine os trabalhos, o futuro e o presente de cada um. Muito obrigado.

Instalação da Sessão do Parlamento Jovem 2008

O Sr. Presidente - Declaro instalada a Sessão do Parlamento Jovem 2008.

O locutor - Gostaríamos de agradecer a ilustre presença dos componentes desta Mesa de honra, a quem solicitamos a gentileza de virem ocupar lugar no Plenário, para que possamos dar início à sessão do Parlamento Jovem 2008.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a compor a Mesa Thales Torres Quintão, coordenador do grupo Estatuto da Criança e do Adolescente, Direitos e Deveres, aluno do 7º período do curso de Ciências Sociais da PUC Minas; Isabela Nobre Souza, relatora desse grupo, aluna do Colégio Frei Orlando; Bruna Aarão, coordenadora do grupo Violência no Cotidiano, Família, Escola e Comunidade, aluna do 5º período do curso de Ciências Sociais da PUC Minas; Roberta Cristina Pereira Nascimento, relatora desse grupo, aluna da Escola Estadual Walt Disney; Carla Regina de Miranda, coordenadora do grupo Formação Profissional e Trabalho, um Projeto para o Futuro, aluna do 6º período do curso de Ciências Sociais da PUC Minas; e Érica Andressa Sampaio da Silva, relatora desse grupo, aluna do Colégio Tiradentes, Unidade Gameleira.

Designação do Coordenador

O Sr. Presidente - A Presidência convida a assumir a coordenação dos trabalhos da Sessão do Parlamento Jovem 2008 o Exmo. Sr. Davidson Thiago da Cruz, aluno do 6º período do curso de Ciências Sociais da PUC Minas.

Apresentação Musical

O Coordenador - Convidamos os presentes a assistirem a uma apresentação musical.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Ludovikus Moreira - Este é um pedaço do que foi o Expresso da Cidadania, que levamos a 13 cidades-pólo de Minas, percorrendo todo o Estado, em um trabalho de educação para a cidadania. Este foi o trabalho teatral, pensando na necessidade de tirar o jovem da apatia, daquela sua posição de achar que política não tem importância e não mexe na vida. Esta é a função pedagógica e didática desta apresentação musical. Muito obrigado.

O Coordenador (Davidson Thiago da Cruz) - Boa tarde. Daremos início agora à sessão do Parlamento Jovem 2008, com a discussão e a aprovação do documento final sobre o tema "Jovem e violência: provocador ou vítima?".

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Coordenador - Gostaria de informar os presentes sobre a dinâmica que seguiremos. O primeiro passo será a apresentação dos relatórios aprovados nos grupos de trabalho, pelos respectivos coordenadores e relatores, que disporão de 10 minutos para sua exposição. Em seguida, teremos: apresentação das propostas aprovadas nos grupos de trabalho; apresentação oral dos pedidos de destaque; votação e aprovação por maioria simples do documento final, salvo destaques; discussão, votação e aprovação por maioria simples dos destaques; apresentação, discussão e votação de até duas novas propostas por subtema, desde que subscritas por no mínimo 20% dos votantes presentes; priorização das propostas aprovadas, em número de cinco para cada subgrupo; e entrega do documento final ao representante da Comissão de Participação Popular da Assembléia Legislativa.

Leitura de Relatórios e de Propostas Aprovadas nos Grupos de Trabalho

e Apresentação de Destaques

O Coordenador - A partir deste momento, os coordenadores e relatores disporão, conjuntamente, de 10 minutos para relatarem o processo de discussão nos grupos de trabalho.

- Procede-se à leitura de relatórios e de propostas aprovadas nos grupos de trabalho e à apresentação de destaques.

Votação do Documento Final, salvo Destaques

O Coordenador - Vamos passar agora para a aprovação das propostas em bloco. Aquelas propostas para as quais vocês não apresentaram destaques serão votadas e aprovadas em bloco por vocês. Em votação, as Propostas nº 1, 2, 7, 17, 18, 21, 23, 26 a 28 e 34. Quem for favorável à aprovação dessas propostas, para as quais não foi apresentado destaque, levante o crachá. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado o documento final, salvo destaques.

Discussão e Votação dos Destaques

O Coordenador - Passaremos agora à discussão e votação dos destaques.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques.

Discussão e Votação de Novas Propostas

O Coordenador - Passaremos à discussão das novas propostas. Todas as propostas que estão com a Mesa foram apresentadas com 20% de assinaturas, portanto estão aptas para discussão.

- Procede-se à discussão e à votação de novas propostas.

Entrega do Documento Final

O Coordenador - Convido o Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa, para receber o documento aprovado.

- Procede-se à entrega do documento final ao Sr. Presidente, cujo teor é o seguinte:

DOCUMENTO FINAL do PARLAMENTO JOVEM-2008

O JOVEM E A VIOLÊNCIA: PROVOCADOR OU VÍTIMA?

SUBTEMA 1

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: Direitos e Deveres

Propostas Priorizadas em Plenário:

1 - Implantação do ECA como matéria obrigatória, inicialmente, nas faculdades que oferecem curso de Direito e, posteriormente, nos cursos relacionados à educação, buscando-se a atualização dos profissionais das áreas.

2 - Divulgação do ECA por meio de cartilhas ou oficinas em escolas, locais públicos, igrejas, etc., utilizando-se, quando possível, campanhas de arrecadação - Natal sem Fome, Campanha do Agasalho - como meio alternativo de divulgação.

3 - Criação de Ouvidorias da Juventude, para controlar a aplicabilidade das leis existentes relacionadas à juventude (ECA), nas áreas educacional, profissional e de segurança pública, o que funcionará como uma porta aberta para a cidadania.

4 - Criação de projetos culturais, profissionalizantes e esportivos, que incluam oficinas profissionalizantes de arte e palestras educativas, aproveitando-se o espaço das quadras e dos centros culturais das escolas estaduais de Minas Gerais - ou destinação de verbas para a criação desses espaços nas escolas em que eles não existem -, com a finalidade de promoção e fomento cultural para todos os jovens, mas principalmente para atender àqueles que possuem como único ponto de encontro o ambiente escolar, priorizando-se as famílias das crianças e adolescentes atendidos nas atividades; realização de pesquisa prévia para verificar a necessidade e o interesse de cada escola na implementação do projeto e criação de uma rede estadual de recrutamento de voluntários e profissionais, como pedagogos, assistentes sociais e professores de teatro e música, para trabalhar em tais projetos.

5 - Garantia de ampliação do investimento em atividades sociopedagógicas dos centros de internação, com vistas à reintegração efetiva do adolescente infrator na sociedade, e fiscalização da aplicação do investimento em tais atividades.

Demais Propostas Aprovadas em Plenário:

6 - Revisão do ECA, com vistas a adequá-lo à sociedade atual e corrigir falhas nele existentes, e modificação de seu art. 149, para garantir que as crianças e os adolescentes tenham acesso menos restrito a bens culturais disponíveis na sociedade.

7 - Oferta, para alunos dos ensinos médio e fundamental de escolas estaduais e municipais, de cursos relacionados com as diversas áreas de conhecimento, monitorados por alunos de graduação de universidades particulares e públicas, com duração de seis meses e realizados nos campi universitários ou nas escolas públicas, dependendo de suas infra-estruturas e respectivas disponibilidades, com direito a certificado de participação para os alunos com frequência de, no mínimo, 80% das oficinas e ainda para os monitores, que contarão como estágio o tempo alocado nos cursos e na execução de oficinas; dedução de um percentual nos impostos das universidades, diretamente proporcional ao número de monitores, como estímulo à oferta de tais cursos.

8 - Aumento do percentual do Orçamento do Estado para a educação, visando melhorar a estrutura escolar e a qualificação dos professores, reservada parte desses recursos para a valorização dos profissionais da educação, por meio de elaboração de plano de carreira para a classe, e criação de escolas de qualidade em locais afastados de centros urbanos, em atendimento ao disposto no art. 4º, parágrafo único, alínea "c", do ECA, segundo o qual "a garantia de prioridade compreende (...) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas".

9 - Fiscalização das escolas pela Secretaria de Educação, a fim de garantir o cumprimento da lei que assegura a organização estudantil autônoma por meio de grêmios e outras representações estudantis.

10 - Criação de um banco de idéias de políticas para a juventude, para que jovens cidadãos possam fazer sugestões de proposições de lei diretamente à Comissão de Participação Popular, trabalhando de forma unificada com o Conselho da Juventude e com a Ouvidoria, não ficando, assim, restrita sua participação por meio de entidade ou organização da sociedade civil.

SUBTEMA 2

Violência no Cotidiano: Família, Escola e Comunidade

Propostas Priorizadas em Plenário:

11 - Ampliação do programa "Poupança Jovem" para todos os alunos de ensino médio, com o objetivo de reduzir a evasão escolar e a conseqüente exposição do jovem à criminalidade, com recomendação do Estado aos Municípios para que adotem programa semelhante.

12 - Implantação e implementação, nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado, de equipes psicopedagógicas e psicossociais que façam um trabalho em rede formal e rede comunitária, em parceria com outras instituições sempre que se fizer necessário, como, por exemplo, o Conselho Tutelar de Direitos, para melhor atender e acompanhar crianças, adolescentes e jovens em situação de risco ou vítimas de violência, formando, assim, jovens mais protagonistas de uma sociedade cidadã.

13 - Incentivo, por parte do governo, à denúncia de atos de violência e de abuso de autoridade e de poder cometidos por policiais civis e militares contra a população, principalmente nas áreas de risco, e maior rigor na punição de tais atos.

14 - Criação, pelo governo, de política de apoio financeiro aos centros e casas de recuperação de jovens e adolescentes dependentes químicos, e criação de centros estaduais de recuperação.

15 - Aprovação, pela Assembléia Legislativa, de piso salarial para os professores das escolas públicas compatível com o piso salarial das escolas particulares, para que as escolas públicas tenham professores qualificados e de dedicação exclusiva.

Demais Propostas Aprovadas em Plenário:

16 - Melhoria da infra-estrutura em todas as escolas particulares e públicas de ensino médio, inclusive unidades militares e CTPMs, com implantação de centros de formação profissionalizante adjuntos, que atendam às carências profissionais e às atividades econômicas regionais, aumentando-se o número de vagas nessas instituições, em horários complementares.

17 - Implementação, pelo governo, de programa que compreenda a realização de palestras, em escolas e espaços públicos, sobre assuntos de diversas áreas, tais como saúde (doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e drogas), profissionalização, mercado de trabalho, primeiro emprego, violência, meio ambiente, arte, cultura e esporte, para conscientizar o jovem e a população sobre qualidade de vida.

18 - Criação de políticas públicas voltadas para a educação da família, incentivando sua participação nas atividades da escola, com vistas à integração da própria família e da comunidade e à prevenção contra a violência doméstica.

19 - Criação de centros de assistência à comunidade, para acompanhamento das famílias e apoio às pessoas que sofrem ou sofreram algum tipo de violência, com profissionais capacitados atuando na área, inclusive na reabilitação de jovens e adolescentes com seqüelas geradas por violência doméstica.

20 - Implementação de políticas de capacitação de cidadãos e profissionais para atuar como conselheiros de vítimas de abuso, e ainda de jovens infratores que tenham acabado de cumprir medida socioeducativa, evitando que regressem à criminalidade.

21 - Fiscalização, pela Secretaria Estadual de Educação, do cumprimento, por parte das escolas públicas e particulares, da Lei da Acessibilidade, que determina a adequação do espaço físico para as pessoas com deficiência, de forma a garantir a inclusão do aluno com deficiência.

Demais Propostas Aprovadas no Grupo de Trabalho:

22 - Melhoria do programa Escola Integral e ampliação dele para todo o Estado, inserindo-se, nesse programa, o incentivo à prática de

atividades esportivas e culturais.

23 - Implantação, pela Secretaria de Educação do Estado, de uma política de aproximação entre as escolas estaduais e os conselhos de Direitos da Infância e do Adolescente, visando assegurar o cumprimento do ECA.

24 - Vinculação do esporte à educação, com incentivo governamental para todos os jovens praticarem esportes e com a construção de quadras poliesportivas em praças públicas e a criação de times e equipes, que teriam a obrigação de manter uma frequência e uma média escolares determinadas pelo governo e de dedicar tempo para treinos e competições, mediante parceria com empresas privadas, que patrocinariam os times, e divulgariam os campeonatos, garantindo-se auxílio alimentação, transporte e saúde para o jovem.

25 - Fiscalização da verba destinada a abrigos, verificando sua utilização na melhoria de vida dos hóspedes.

26 - Ampliação de sistemas prisionais alternativos, como as APACs, que objetivem maior recuperação dos presos, atendendo, assim, à demanda existente para esses sistemas.

27 - Investimento em propagandas que apresentem o ECA à sociedade, esclarecendo dúvidas da população sobre como se portar frente ao não-cumprimento desse Estatuto.

SUBTEMA 3

Formação Profissional e Trabalho:

Um Projeto para o Futuro

Propostas Priorizadas em Plenário:

28 - Incorporação ou reforço, nas escolas estaduais de ensino médio, de matérias cujo conteúdo é exigido pelo mercado de trabalho, como redação, capacidade de expressão e matérias vinculadas à informática.

29 - Criação, pelo governo estadual, de agência de estágios (para jovens de 14 a 16 anos) e empregos (para jovens de 17 a 24 anos), bem como de parcerias com a iniciativa privada, mediante incentivo fiscal, visando à formação técnica e à inserção, no mercado de trabalho, de jovens recém-formados no ensino médio, facilitando-se a garantia do primeiro emprego.

30 - Integração entre as escolas e as agências de emprego, visando a um melhor aproveitamento do potencial profissional dos alunos, mediante análise de suas notas e avaliação das matérias pelas quais demonstrem maior interesse.

31 - Formação, pelo Estado, de um banco de dados específico para jovens, disponível para consulta pessoal e via internet, que, além de trazer informação cultural e promover a integração dos jovens em todo o Estado, possibilite a pesquisa sobre oportunidade de emprego e cursos de formação profissional.

32 - Incentivo fiscal a clubes particulares que cedam espaço físico para a realização de atividades de dança, esporte, trabalhos artísticos, etc., promovidos pelo Estado.

Demais Propostas Aprovadas em Plenário:

33 - Criação, pelo governo, de atividades remuneradas para adolescentes interessados em aprender técnicas de trabalho, em tempo proporcional ao dedicado à escola, contanto que mantenham notas acima da média estabelecida pela escola.

34 - Criação, pelo governo, de núcleos voltados para crianças e adolescentes em situação de risco, com atividades ligadas a reciclagem, artes, reforço escolar, e ampliação dessas atividades para a comunidade de pais, possibilitando uma aprendizagem conjunta e facilitando a inserção no mercado de trabalho.

Demais Propostas Aprovadas no Grupo de Trabalho:

35 - Promoção de orientação vocacional, ministrada por profissionais da área de psicologia, a partir da nona série, em escolas públicas e privadas.

O Sr. Presidente - Parabeno-os pela tarde exemplar de cidadania. As atividades aqui realizadas foram acompanhadas ao vivo pela TV Assembleia em 300 Municípios mineiros e serão retransmitidas algumas vezes. Ressalto a qualidade dos debates, das polêmicas, que, num trabalho coletivo, culminaram na elaboração deste documento.

Estejam certos de que, como Presidente da Comissão de Participação Popular, farei com que cada proposta seja devidamente analisada. Enquanto vocês realizavam o debate, eu estava lendo, estudando algumas propostas, que, com certeza, poderão ser incorporadas ao processo de tramitação das Leis Orçamentárias, particularmente ao Orçamento de 2009, bem como à revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental.

Sugerimos, como o fizemos no ano passado, que, após a análise dessas propostas pela comissão, que a gente proceda a uma reunião com um grupo de representação do Parlamento Jovem, para que cada proposta, antes de finalizarmos o parecer, seja novamente discutida de maneira democrática, até também para que haja compreensão por parte de vocês daquilo que possa ser projeto, requerimento ou emenda ao Orçamento, ao Plano Plurianual. Como vocês sabem, o Orçamento e o Plano Plurianual são discutidos no segundo semestre. Continuaremos essa mobilização durante os meses de julho, agosto e setembro. Faremos contatos com os representantes e com os coordenadores do projeto. Podem ter a certeza de que a contribuição de vocês para a Assembleia Legislativa foi importante e será muito bem aproveitada.

Despeço-me, mais uma vez, parabenizando a todos os estudantes, professores, as escolas de ensino médio e a PUC Minas, grande protagonista nesse processo, juntamente com a Escola do Legislativo, e todas as áreas da Assembleia que também apoiaram essa iniciativa. Os integrantes da Comissão de Participação Popular, como disse na abertura, estão muito felizes por ter um projeto institucional que, de certa maneira, organiza um processo de participação altamente qualificado. Não se trata de uma participação para sair no jornal uma vez ou outra. É um

projeto permanente, institucional, que já está na sua 5ª edição, que veio para ficar e que, com certeza, já é exemplo para todo o Estado e também para outras Assembleias Legislativas.

Parabéns. Na pessoa do Davidson, quero cumprimentar todos vocês, relatores, coordenadores que conduziram, com mestria, esta reunião de encerramento do Parlamento Jovem.

Vocês também estão convidados para a reunião especial de segunda-feira, dia 9, destinada à realização do seminário "Minas de Minas". É um seminário aberto, que tratará da política de mineração no Estado de Minas Gerais, no qual a questão ambiental, aliás, tem grande relevância. Parabéns, viva o Parlamento Jovem de Minas Gerais!

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 9, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DOS NOMES PARA COMPOR O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, EM 21/5/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Arlen Santiago e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e esclarece que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e a designar o relator. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação e convida a Deputada Rosângela Reis para atuar como escrutinadora. Feita a apuração dos votos, são eleitos por unanimidade, o Deputado Arlen Santiago e a Deputada Rosângela Reis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. A Deputada Rosângela Reis é empossada no cargo de Vice-Presidente e em seguida empossa o Deputado Arlen Santiago no cargo de Presidente, que, na oportunidade, designa os relatores citados a seguir: em turno único, as Indicações nºs 19 e 20/2008 (Deputada Rosângela Reis), 21 e 22/2008 (Deputado Ruy Muniz), 23/2008 (Deputado Carlin Moura) e 24/2008 (Deputado Arlen Santiago), devendo os indicados ser argüidos publicamente, em reunião extraordinária. Registra-se a presença do Deputado Ruy Muniz. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2008.

Arlen Santiago, Presidente - Carlin Moura - Rosângela Reis - Ruy Muniz.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/6/2008

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, Ademir Lucas, André Quintão, Domingos Sávio, Inácio Franco e Ivair Nogueira, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Délio Malheiros e Lafayette de Andrada. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Orlando Adão Carvalho, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (31/5/2008). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.677/2007 (relator: Deputado Ademir Lucas) na forma do vencido no 1º turno com as Emendas nºs 1 a 3, apresentadas. O Projeto de Lei nº 1.943/2007, no 1º turno, é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Ivair Nogueira, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.968/2007 (relator: Deputado André Quintão); 1.979/2008 (relator: Deputado Elmiro Nascimento) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 2.179/2008 (relator: Deputado André Quintão); 2.283/2008 (relator: Deputado Domingos Sávio), na forma do Substitutivo nº 2, apresentado; e 2.317/2008 (relator: Deputado Domingos Sávio) com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2, apresentada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.468/2008, do Deputado Dinis Pinheiro, 2.507/2008, da Comissão de Direitos Humanos; e 2.514/2008, do Deputado Weliton Prado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. É recebido pela Presidência requerimento do Deputado Doutor Viana em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão para debater a reforma tributária. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Fahim Sawan em que solicita encaminhado ofício à Secretária de Estado de Educação, Vanessa Guimarães Pinto, solicitando revisão salarial do plano de carreira e aposentadoria dos Diretores de Escola Estadual. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Chico Uejo - Ademir Lucas - Domingos Sávio.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 5/6/2008

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Lafayette de Andrada e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Agostinho Patrús Filho, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Lafayette de Andrada, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final, e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Leis nº 1.677/2007 (Deputada Gláucia Brandão) e 2.430/2008 (Deputado Fábio Avelar). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.677/2007 (relatora: Deputada Gláucia Brandão) e 2.430/2008 (relator: Deputado Fábio Avelar). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente - Gláucia Brandão - Antônio Carlos Arantes.

ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/6/2008

Às 14h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Elisa Costa e os Deputados Zé Maia, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a distribuição em avulso do parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.973/2007 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno (relator: Deputado Lafayette de Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, na mesma data, às 20h16min, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 1.973/2007, no 2º turno, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente - Agostinho Patrús Filho - Lafayette de Andrada - Durval Ângelo - Jayro Lessa - Sebastião Helvécio.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 10/6/2008

Às 20h18min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Lafayette de Andrada, Sebastião Helvécio e Durval Ângelo (substituindo este à Deputada Elisa Costa, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Lafayette de Andrada, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.973/2007, no 2º turno, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, é apresentada a Proposta de Emenda nº 1, pelo Deputado Durval Ângelo. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo a proposta de emenda. Submetida a votação, é aprovada a Proposta de Emenda nº 1. É o parecer aprovado em nova redação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação é aprovado requerimento do Deputado André Quintão em que solicita reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, para debater o Projeto de Lei nº 2.392/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2009 e dá outras providências. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2008.

Zé Maia, Presidente - Lafayette de Andrada - Sebastião Helvécio.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 47ª reunião ORDINÁRIA da mesa da Assembléia, a realizar-se às 17 horas do dia 16/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 16/6/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão sobre o Projeto de Lei nº 1.759/2007, que dispõe sobre a natureza dos contratos de Agente de Segurança Penitenciário e de Agente de Segurança Socioeducativo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 20 horas do dia 16/6/2008, destinada à comemoração dos 70 anos de fundação do jornal "Correio de Uberlândia".

Palácio da Inconfidência, 13 de junho de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Jayro Lessa, Gil Pereira, Gilberto Abramo e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 40/2007, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2008.

Agostinho Patrús Filho, Presidente.

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Sindicato dos Lojistas do Comércio de Belo Horizonte pelo transcurso de seu 70º aniversário (Requerimento nº 2.428/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Cel. PM Renato Vieira de Souza pela posse na Chefia do Estado-Maior da PMMG (Requerimento nº 2.431/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de aplauso à Câmara Municipal de Montes Claros pelo trabalho sério e competente que realiza, levando a instituição a ser considerada pelo Tribunal de Contas do Estado como referência estadual em termos de organização, transparência e probidade administrativa (Requerimento nº 2.438/2008, do Deputado Carlos Pimenta);

de congratulações com a Paróquia Nossa Senhora do Carmo, situada no Município de Borda da Mata, pelo transcurso dos seus 150 anos de fundação (Requerimento nº 2.439/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade do Município de Divinópolis pelo transcurso do aniversário de sua emancipação (Requerimento nº 2.440/2008, do Deputado Domingos Sávio);

de aplauso ao Sr. Ricardo de Souza Silveira, Sócio-Diretor do Café Cristal Ltda., pela Medalha do Mérito Industrial, que lhe foi outorgada pela Fiemg (Requerimento nº 2.441/2008, do Deputado Hely Tarquínio);

de congratulações com o Grupo Líder de Muriaé pela passagem dos seus 50 anos de fundação (Requerimento nº 2.442/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Município de Desterro de Melo por seu 45º aniversário (Requerimento nº 2.451/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Municipal Alfeu Duarte pelo transcurso de seu 44º aniversário (Requerimento nº 2.452/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o ex-Presidente Itamar Franco pelas ações de estabilidade fiscal que culminaram na declaração do Brasil como "investment grade" (Requerimento nº 2.468/2008, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Passa Quatro pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.469/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Paula Cândido Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.470/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Rio Novo pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.471/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Rio Pomba pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.472/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Rubim pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.473/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de São João Nepomuceno pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.474/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Tabuleiro pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.475/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Três Corações pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.476/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Ouro Fino pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.477/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Nanuque pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.478/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Juiz de Fora pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.479/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Jacutinga pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.480/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Jequitinhonha pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.481/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Itamonte pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.482/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Heliodora pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.483/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Guarani pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.484/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Elói Mendes pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.485/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Descoberto pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.486/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Conselheiro Lafaiete pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.487/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Bicas pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.488/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Almenara pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.489/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Virgínia pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.490/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Volta Grande pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.491/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Turvolândia pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.492/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Piraúba pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.493/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Sabinópolis pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.494/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Pouso Alto pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.495/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Perdões pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.496/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Pedra Azul pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.497/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Monte Sião pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.498/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Malacacheta pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.499/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Lambari pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.500/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Joáima pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.501/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Coroaci pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.502/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Bueno Brandão pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.503/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Bom Jardim de Minas pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.504/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Sindicato de Produtores Rurais do Município de Baependi pelo Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio (Requerimento nº 2.505/2008, do Deputado Leonardo Moreira);

de congratulações com o Arcebispo Dom Walmor Oliveira de Azevedo pela sua posse na Academia Mineira de Letras (Requerimento nº 2.510/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Rádio Liberdade FM pelas comemorações dos seus 25 anos de fundação (Requerimento nº 2.511/2008, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a Oitava Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte pela passagem do seu 39º aniversário (Requerimento nº 2.512/2008, da Deputada Gláucia Brandão);

de congratulações com a empresa Samarco Mineração S.A. pela inauguração de sua Terceira Pelotização - Complexo Germano, no Município de Mariana (Requerimento nº 2.513/2008, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Município de Tupaciguara por seu 96º aniversário (Requerimento nº 2.520/2008, do Deputado Zezé Perrella);

de aplauso ao 3º-Sargento PM Dilson de Oliveira Costa, nº 54.319-9, lotado na 12ª Cia. PM, por sua atuação, em dia de folga, que culminou na prisão de dois assaltantes em tentativa de roubo a mão armada dentro de um estabelecimento comercial no Município de Janaúba (Requerimento nº 2.560/2008, da Comissão de Segurança Pública).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 9/6/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Chico Uejo

nomeando Carlos Roberto Rezende Pereira para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2008

Objeto: aquisição de grampos para uso em máquinas OCE 2110, sendo 10 caixas de grampos S2 Booklet Maker, com 20.000 unidades por caixa, e 4 caixas de grampos S3 Booklet Maker, com 15.000 unidades por caixa.

Em 11/6/2008, o Sr. Diretor-Geral ratificou, nos termos do art. 26, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993, a Inexigibilidade de Licitação nº 1/2008, adotada com base no art. 25, I, da mesma lei, bem como autorizou a despesa em favor da empresa Maxsys Brasil Comércio e Serviços Ltda.